



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

CD/24853.14083-00

**Ofício Gab. 300-502/2024**

Brasília, 12 de dezembro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor

**SENADOR ÂNGELO CORONEL (PSD/BA)**

Relator-Geral – Orçamento 2025

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Excelentíssimo Senador Ângelo Coronel,

Recebemos, já fora do prazo de oferecimento de emendas individuais e às Comissões, a demanda que segue e não nos ocorre outro providência se não apelar a vossa excelência, na condição de Relator-Geral da CMO, a atenção que puder dar ao pleito.

Considerando o baixo valor solicitado e a importância estratégica da ação que se pretende dotar de recursos, eventualmente lhe seja possível algum remanejamento que viabilize a proposta apresentada.

Certo de sua compreensão, fico à disposição para mais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Nilto Tatto**

Deputado Federal PT/SP



Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 502 | CEP 70.160-900 – Brasília/DF  
Telefone (61) 3215-5502 | [dep.niltotatto@camara.leg.br](mailto:dep.niltotatto@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248531408300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto



\* C D 2 4 8 5 3 1 4 0 8 3 0 0 \*



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

SUBMISSÃO DE PROJETO PARA FINANCIAMENTO POR EMENDA  
PARLAMENTAR

SEÇÃO A: DADOS PARA CADASTRO DE EMENDAS PARLAMENTARES

- A1. Ano de Execução da Emenda: 2025
- A2. Proponente: **Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz - CNPJ: 33.781.055/0001-35.**
- A3. Órgão Orçamentário: 36000 - Ministério da Saúde
- A4. Unidade Orçamentária: **36201** - Fundação Oswaldo Cruz (execução da Fiocruz é **direta**)
- A5. Nome do projeto de Emenda: Agroecologia promovendo saúde e cuidados com a vida
- A6. Modalidade da Emenda:  
 Individual  
 Bancada  
 Comissão
- A7. **Funcional Programática:** 20.36201.10.128.5121.20YD
- A8. Função: 10 – Saúde
- A9. Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos
- A10. Programa: 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde
- A11. Ação Orçamentária: 20YD - Educação e Trabalho na Saúde
- A12. Subtítulo: 0001 - Nacional
- A13. Localidade Beneficiada: Nacional
- A14. Especificação do produto/ unidade de medida: pessoas qualificadas
- A15. Meta prevista para o projeto: 1.000
- A16. Grupo de Natureza da Despesa (GND)
- Valor total: R\$ 3.700.000,00
- Custeio (GND 3): R\$ 3.700.000,00





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

A17. Resumo da Justificativa (deve conter o nome do projeto, a Unidade da Fiocruz beneficiada e contexto geral do projeto):

O projeto “Agroecologia promovendo saúde e cuidados com a vida” será coordenado pela Fiocruz com a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O principal objetivo do projeto é estruturar uma rede nacional, articulando as Comissões Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do fortalecimento dos processos de participação social. Na 17ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 2023, foram aprovadas 12 propostas trazendo explicitamente a demanda da Agroecologia, expressando a preocupação da população com a promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável e com a exposição a agrotóxicos. Por isso, o Ministério da Saúde e a Fiocruz propuseram a inserção do eixo específico para acolher iniciativas de promoção da saúde no terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo (2024-2027) para que expresse especificamente as interfaces entre saúde e agroecologia uma vez que precisam ser ampliadas as experiências de agroecologia no SUS.

### **SECÃO B: APRESENTAÇÃO E DETALHAMENTO DO PROJETO**

**B1.** Unidade da Fiocruz: Presidência

**B2.** Departamento, Laboratório, Serviço: Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)

**B3.** Endereço: Avenida Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro. CEP: 21040-900, prédio da Cogeplan – segundo andar

**B4.** Cidade/Estado: Rio de Janeiro/RJ

**B5.** Responsável pela execução do projeto: André Campos Burigo

**B6.** Justificativa para a realização do projeto:

Os modelos de desenvolvimento agrário adotados no país têm impacto sobre o processo de saúde-doença de diferentes formas. As populações do campo, floresta, águas têm seus ambientes de vida e trabalho mais diretamente impactados e é onde se expressam as externalidades negativas. São exemplos a exposição a contaminantes químicos e a radiação solar, jornadas extenuantes de trabalho, trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão, falta de acesso ao saneamento básico e a serviços de saúde, entre outras políticas públicas que configuram a determinação social da saúde. O uso dos agrotóxicos, que estão presentes nas águas, nos alimentos, no ar e no solo trazem especial preocupação para a saúde pública.

Nos últimos anos vivenciamos o crescimento da fome e da pobreza, o aumento do sobrepeso e obesidade com suas repercussões na saúde pública, além das ameaças aos sistemas alimentares com as mudanças climáticas, e as dificuldades de acesso aos alimentos saudáveis. Assim, é urgente a reconexão entre produção, comercialização e garantias de acesso a





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

A17. Resumo da Justificativa (deve conter o nome do projeto, a Unidade da Fiocruz beneficiada e contexto geral do projeto):

O projeto “Agroecologia promovendo saúde e cuidados com a vida” será coordenado pela Fiocruz com a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O principal objetivo do projeto é estruturar uma rede nacional, articulando as Comissões Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do fortalecimento dos processos de participação social. Na 17ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 2023, foram aprovadas 12 propostas trazendo explicitamente a demanda da Agroecologia, expressando a preocupação da população com a promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável e com a exposição a agrotóxicos. Por isso, o Ministério da Saúde e a Fiocruz propuseram a inserção do eixo específico para acolher iniciativas de promoção da saúde no terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo (2024-2027) para que expresse especificamente as interfaces entre saúde e agroecologia uma vez que precisam ser ampliadas as experiências de agroecologia no SUS.

### SECÃO B: APRESENTAÇÃO E DETALHAMENTO DO PROJETO

B1. Unidade da Fiocruz: Presidência

B2. Departamento, Laboratório, Serviço: Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)

B3. Endereço: Avenida Brasil, 4.365 - Mangueiras, Rio de Janeiro. CEP: 21040-900, prédio da Cogeplan – segundo andar

B4. Cidade/Estado: Rio de Janeiro/RJ

B5. Responsável pela execução do projeto: André Campos Burigo

B6. Justificativa para a realização do projeto:

Os modelos de desenvolvimento agrário adotados no país têm impacto sobre o processo de saúde-doença de diferentes formas. As populações do campo, floresta, águas têm seus ambientes de vida e trabalho mais diretamente impactados e é onde se expressam as externalidades negativas. São exemplos a exposição a contaminantes químicos e a radiação solar, jornadas extenuantes de trabalho, trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão, falta de acesso ao saneamento básico e a serviços de saúde, entre outras políticas públicas que configuram a determinação social da saúde. O uso dos agrotóxicos, que estão presentes nas águas, nos alimentos, no ar e no solo trazem especial preocupação para a saúde pública.

Nos últimos anos vivenciamos o crescimento da fome e da pobreza, o aumento do sobrepeso e obesidade com suas repercussões na saúde pública, além das ameaças aos sistemas alimentares com as mudanças climáticas, e as dificuldades de acesso aos alimentos saudáveis. Assim, é urgente a reconexão entre produção, comercialização e garantias de acesso a





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

alimentos de qualidade e outros produtos de geração de renda e bem-estar, através do fortalecimento dos sistemas produtivos locais e a construção de sistemas de circulação e comercialização justos, solidários e populares. Portanto, além do desafio da produção de alimentos, para atender as necessidades atuais e futuras, outras demandas estão colocadas para a reestruturação do desenho e dinâmica de funcionamento dos sistemas alimentares. O Guia Alimentar para a População Brasileira considera que é fundamental para a garantia do direito humano a alimentação adequada uma transição de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Para isso, são demandadas ações e políticas capazes de incidir desde a produção, circulação, comercialização até a chegada dos alimentos ao consumidor. No âmbito da produção, é necessário garantir a oferta de alimentos em quantidade e qualidade adequadas para todo o conjunto da população, e o desenvolvimento de práticas de base ecológica para o manejo dos agroecossistemas, promovendo a conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e biomas, do solo e da água. Esta abordagem, deve promover processos de inclusão social, gerando oportunidades para o desenvolvimento de indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Outro aspecto fundamental é o desenvolvimento de estratégias para redimensionar a lógica de circulação dos produtos, agregando maior número de famílias agricultoras e consumidoras, diversidade de alimentos e respeito às peculiaridades territoriais de produção e sazonalidade.

A agroecologia tem sido apontada como uma abordagem estratégica para promover a transição para sistemas alimentares que conservam os recursos naturais ao mesmo tempo em que garante a segurança e soberania alimentar e a saúde humana. Essa perspectiva envolve mudanças desde a produção, beneficiamento e processamento, passando pelas lógicas de circulação e comercialização de alimentos até a relação com consumidores, alterando também padrões de consumo. As experiências desenvolvidas no âmbito da agroecologia priorizam a pequena escala, a autonomia, a resiliência e sistemas eficientes, que valorizem os direitos humanos (incluindo mulheres, jovens, povos indígenas, e povos e comunidades tradicionais), culturas locais, participação social e cultura alimentar. Na escala local, a agroecologia propõe práticas baseadas na biodiversidade e na multifuncionalidade para reduzir a dependência de insumos externos, como os fertilizantes químicos sintéticos e agrotóxicos e a ativação de processos ecológicos.

Portanto, a agroecologia vem se configurando como caminho de resiliência para e do povo brasileiro, apontando para outras possibilidades de futuro para a humanidade. É o que mostram as experiências desenvolvidas ao longo dos últimos anos, por meio de estratégias coletivas dos povos, comunidades tradicionais, movimentos sociais e sindicais populares, coletivos, grupos de educação e pesquisa, entre outros, construídas a partir de princípios solidários e direcionadas à transformação das condições de vida e saúde das populações.

A instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo, ocorreu por meio de intensa reivindicação popular que resultou na promulgação pelo governo federal do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, com a finalidade de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

A Pnapo é uma política brasileira pioneira, reconhecida mundialmente e apontada como fundamental para fortalecer e ampliar as iniciativas agroecológicas e de produção orgânica. Tal política foi apresentada como compromisso do governo em dar respostas à sociedade brasileira não só a desafios imediatos, a começar pela superação da miséria, como também à concretização dos anseios da população por uma alimentação saudável, pela saúde coletiva, pela conservação dos bens naturais e das paisagens rurais, pela preservação do patrimônio cultural e pela geração de trabalho associada à distribuição de renda, a relações de igualdade entre homens e mulheres e a oportunidade para jovens exercerem plenamente a cidadania política e econômica. E a sociedade brasileira tem manifestado preocupação crescente com os impactos ambientais da agricultura convencional e seus efeitos sobre a segurança alimentar, como indica a forte atuação, em diversas frentes, de movimentos, organizações não governamentais, universidades e cidadãos(ãs), imbuídos do propósito de fazer com que a produção agrícola alcance patamares adequados de sustentabilidade

O principal instrumento orientador da Pnapo, é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo. A elaboração do plano é responsabilidade da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - Ciapo em diálogo com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Cnapo. Desde a instituição da Pnapo, o governo federal elaborou e lançou 3 (três) Planos Nacionais: o primeiro com vigência de 2013 a 2015, dada a sua vinculação ao PPA 2012-2015 já em curso; e o segundo Plano, com vigência de 2016 a 2019, construído com ampla participação social.

Com o desmonte institucional e das instâncias de participação social, não houve Planapo no período 2020-2023, criando um hiato na Pnapo e uma demanda reprimida junto à sociedade. No ano de 2023 foram recriadas as instâncias de gestão da Pnapo – a Cnapo e a Ciapo (Decreto nº 11.582, de 28 de junho de 2023), para promover o acompanhamento da execução de ações governamentais relativas à agenda e construir canais de diálogo entre sociedade e gestores, além da estruturação de instrumentos de gestão desta política pública de caráter intersetorial. Tal ação possibilitou a construção e lançamento do III PLANAPO, com vigência prevista para o período de 2024-2027.

É neste contexto que se insere esta proposta, reconhecendo a relação direta entre o desenvolvimento de ações que possibilitem o fortalecimento dos processos de participação da sociedade civil na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Nacional e Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica e a promoção da saúde coletiva. Tal abordagem foi amplamente discutida na 17ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 2023, onde foram aprovadas 12 propostas trazendo explicitamente a demanda da Agroecologia, expressando a preocupação da população com a promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável e com a exposição a agrotóxicos. Por estas razões o Ministério da Saúde e a Fiocruz propuseram a inserção do eixo “Saúde e cuidados com a vida” no terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo para





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

que expresse especificamente as interfaces entre saúde e agroecologia uma vez que precisam ser ampliadas as experiências de agroecologia no SUS.

### B7. Objetivo do projeto:

Estruturar uma rede nacional, articulando as Comissões Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do fortalecimento dos processos de participação social.

B8. Meta física prevista e quantidade: pessoas qualificadas – 1.000

B9. Área de Atuação: Educação, Informação e Comunicação Científica

### SEÇÃO C: EXECUÇÃO

C1. Orçamento do projeto: R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil de reais)

### C2. Plano de Aplicação

Metas/atividades	Valor RS	Natureza de despesa	Início (mês)	Fim (mês)
Realização de 10 oficinas territoriais	500.000,00	Diárias e passagens	3	18
Realização de 5 encontros regionais	600.000,00	Diárias e passagens	3	18
Realização de 8 reuniões nacionais	800.000,00	Diárias e passagens	1	18
Custeio de itens de infraestrutura e logística	400.000,00	Locação de espaços e de equipamentos, hospedagens, alimentação e contratação de serviços	2	18
Contratação de equipe	1.000.000,00	Bolsas	1	18
Produção de material pedagógico	400.000,00	Design gráfico, impressão gráfica e distribuição	6	16
<b>Total</b>				<b>RS 3.700.000,00</b>

A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo coordenador do projeto e pelo diretor da Unidade.

Maiores informações: Assessoria Parlamentar/Gereb  
(Aspar): [asparbrasil@fiocruz.br](mailto:asparbrasil@fiocruz.br) Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico  
(Cogeplan): [emendas@fiocruz.br](mailto:emendas@fiocruz.br)

